

ARTIGOS

A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO E SUA EVOLUÇÃO

GEOGRAPHY IN SÃO PAULO AND ITS EVOLUTION

Aroldo de Azevedo¹

No momento histórico em que a cidade de São Paulo comemora seus quatro séculos de existência, justo é que se tente examinar a maneira pela qual os estudos de Geografia evoluíram no âmbito das fronteiras paulistas.

Mas, que Geografia? - poder-se-à perguntar, com toda razão. A Geografia puramente descritiva e enumerativa, tipo catálogo, que tanto horror causava e ainda causa, por ser um instrumento de martírio dos estudantes, obrigados a guardar de memória listas intermináveis de nomes e de números? Ou a Geografia que se confunde com a Topografia e a Cartografia, ainda hoje admitida por alguns, em nosso País? Ou finalmente, a verdadeira Geografia, a Geografia moderna que se estuda nos meios cultos da Europa e da América notadamente, em que a interpretação dos fatos constitui o coroamento de pesquisas realizadas no terreno e de estudos elaborados em bases científicas?...

Eis o problema. Problema de grande importância, porque, conforme o conceito que venhamos a adotar, entre os três acima

¹ Artigo publicado no jornal O Estado de S. Paulo, em 25 de janeiro de 1954, durante comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo.

expostos, as investigações seguirão rumos completamente diversos e, sobretudo, variarão espantosamente os pontos de partida. Cumpre resolvê-lo, porém, para que se dê um balanço do que se fez até aqui, a fim de verificar se o nosso Estado, no ano em que comemora o 4º centenário de sua metrópole, acha-se em plena forma, nesse setor, ou continua em atraso relativamente aos grandes centros de cultura do Mundo.

Um investigador apressado, em dia com a evolução da Geografia no campo internacional, talvez se decidisse, sem mais preâmbulos desprezando tudo quanto diga respeito aos dois primeiros conceitos atrás citados. Mas isto seria injusto porque, entre as publicações que lhes corresponde, aparecem obras-fontes que continuam a ser extremamente úteis aos geógrafos modernos.

Acreditamos que o problema poderá ser resolvido de maneira satisfatória se procurarmos um marco, uma espécie de divisor ou de fronteira entre as fases correspondentes a conceitos tão diferentes; e este marco só pode ser representado pela criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, no ano de 1934.

Bem sabemos que nos poderão acoimar de suspeitos diante de uma afirmativa desta ordem. Entretanto, temos coragem de fazê-la. Uma vez que os fatos, e não simples palavras, falam de maneira eloqüente, positiva e definitiva sobre o assunto, bastando que os registremos.

A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO ANTES DE 1934

Os estudos de caráter geográfico anteriores à criação da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo incluem-se, sem nenhuma exceção, nos dois primeiros conceitos, que citamos de início.

As obras publicadas na época imperial e no período republicano, antes de 1934, sob o título de “Geografia” ou “Corografia”, não passam de modestos compêndios destinados ao ensino primário ou secundário e aparecem eivados dos defeitos que tão bem caracterizavam a velha Geografia. Abramós, ao acaso, qualquer deles: são todos idênticos, diferindo apenas na massa maior ou menor de nomes e informes registrados.

O método seguido era sempre um só: quando não se iniciavam por “Elementos de Geometria” ou por um “Resumo da História de São Paulo”, preocupavam-se, desde logo, com as coordenadas geográficas e com a linha de fronteiras, descrita esta sempre com um cuidado e ênfase nem mesmo compreensíveis se se tratasse das lides com países estrangeiros. Vinha, depois, a geografia física, como se a compreendia no século XVIII: a orografia, a potamografia, a limnografia, a nesografia, a crografia e uma infinidade de outras “grafias”, dentro das quais se alinhavam, compactos, os nomes de acidentes geográficos; e, para terminar, um estudo superficial e geralmente bastante otimista do clima (que, por toda parte, era muito saudável...), uma referência às riquezas naturais, em que a flora, a fauna e os minerais apareciam honestamente referidos através de seus mais conspícuos representantes (intermináveis relações de espécies botânicas, pitorescas listas de animais, desde a onça até o tico-tico... e impressionante relação de minerais, a começar pelo ouro e a terminar pelas argilas). Seguia-se a geografia política, parte que oferecia ao leitor, de mistura, referências à população (os índios aparecendo sempre mencionados em primeiro lugar entre os tipos étnicos, dentro do velho critério histórico), às divisões administrativas e judiciárias, às cidades e vilas, quando não ao orçamento, às fortalezas, aos faróis, à força pública. Quase nunca a geografia econômica aparecia em caráter autônomo: ora era incluída no capítulo dedicado às riquezas naturais (caso mais comum), ora servia de complemento à “geografia política”.

Assim se compreendia a Geografia, nos compêndios e mesmo em obras de maior vulto. Entre as desta última categoria, publicadas em nosso século, muito poucas conseguiram fugir ao esquema tradicional, sem que possam, entretanto, ser consideradas modernas por sua metodologia: é o caso, por exemplo, da Geografia do Estado de São Paulo, de Afonso A. de Freitas (1906) e de O Estado de São Paulo (Físico, político, econômico e administrativo), de T. Oscar Marcondes de Souza (1915), que apesar das deficiências que as caracterizam, merecem ser consultadas pelas informações que contêm.

Mas houve, inegavelmente, um ponto alto nesse longo período que poderemos chamar de “pré-história” da Geografia paulista, representado pelos trabalhos da famosa Comissão Geográfica e Geológica do Estado, cujas origens remontam a 1886 e por onde passaram figuras ilustres, como Orville A. Derby, Teodoro Sampaio, Alberto Loefgren, Francisco de Paula Oliveira, Gonzaga de Campos, João Pedro Cardoso, Belfort de Mattos, Horácio Williams, Guilherme Florence, Cornélio Schmidt, Eugenio Hussak, Joviano Pacheco e tantos outros.

Os relatórios publicados a respeito do Litoral paulista e de grande parte do Planalto, produto de incansáveis e perigosos trabalhos de campo, verdadeira obra de Bandeirismo moderno, trouxeram preciosos subsídios para a Geografia paulista. Neles são descritas com minúcias as áreas levantadas, destacando-se por sua importância as observações referentes à hidrografia, à geologia, aos solos e à vegetação, como também as fotografias e cartas que os acompanham; no entanto, seus autores não podem ser considerados geógrafos no sentido moderno da palavra, pois não tinham (e, na verdade, não podiam ter) a indispensável formação metodológica que conduz ao estudo dos fatos geográficos, através da localização, comparação e interpretação.

Alem disso, coube à referida Comissão iniciar esse admirável trabalho que é o levantamento cartográfico do Estado,

elaborando mapas com curvas de nível na escala de 1:100.000, de que devemos todos nos orgulhar².

Resta-nos lembrar, na bibliografia paulista referente a esse período, alguns dicionários geográficos, de valor muito relativo, como o Dicionário Geográfico da Província de São Paulo (1901), de João Mendes de Almeida, e o Dicionário Histórico, Topográfico, Etnográfico do Município de São Paulo, de Afonso de Freitas, do qual foi publicado apenas o 1º volume (1929).

No mais, dignos de referência, não encontramos senão subsídios para a Geografia, fornecidos principalmente por historiadores e por geólogos; entre estes últimos, destacou-se por sua invulgar cultura geográfica o prof. Luis Flores de Moraes Rego, então catedrático de nossa Escola Politécnica e autor das Notas sobre a Geomorfologia de São Paulo e sua gênese (1932). Tudo isso sem que nos esqueçamos de trabalhos do tipo daquele Ensaio d´um Quadro Estatístico da Província de São Paulo (1838), de Daniel Pedro Muller, em boa hora reeditado em 1923, ou a contribuição dos viajantes que passaram pelas terras paulistas, desde Mawe, Spix e Martius, Saint-Hilaire e Zaluar até Paul Walle e L. A. Gaffre.

O que impressiona, o que nos enche de espanto é a circunstância de não terem sido tais elementos, muitos deles de inestimável valia, convenientemente aproveitados pelos que elaboraram obras geográficas de caráter geral a respeito da terra paulista. Tem-se a impressão de que os autores pertenciam a mundos independentes, embora vivessem no mesmo solo e contemporâneas fossem suas obras.

² A propósito das atividades dessa Comissão, como de outros setores da Secretaria da Agricultura do Estado convém consultar: SCHMIDT (Carlos B.) e Reis (José), Rasgando Horizontes - a Secretaria da Agricultura no seu cinquentenário, São Paulo, 1942.

Se assim aconteceu com gente nossa, maior desconhecimento teria de ser registrado em relação ao que se passava fora de nossas fronteiras. Debalde Elisée Reclus imprimiu rumos novos, no referente à Geografia brasileira e paulista, no volume XIX de sua *Nouvelle Geographie Universelle* (1894), de que foi publicada a bela tradução brasileira de Ramiz Galvão, sob o título de *Estados Unidos do Brasil* (1900). Sem nenhum eco, entre nós, escreveu Pierre Dennis o seu *Le Brésil au Xxème. Siècle* (1911), também transladado para o português e onde se encontram excelentes paginas sobre o nosso Estado, sem falar na admirável primeira parte do tomo XV da *Geographie Universelle*. Dirigida por Vidal de la Blache e Lucien Gallois (1927), em que aquele eminente geógrafo francês examina os traços essenciais da Geografia paulista, de maneira segura e moderna. De nada adiantaram as páginas de Delgado de Carvalho em seu *Le Brésil Meridional*, publicado em 1910, em sua pioneira *Geografia do Brasil* (1913) e na *Metéorologie du Brésil* (1917), onde os estudiosos da Geografia paulista poderiam ter encontrado não apenas novos ensinamentos, mas nova orientação, num verdadeiro convite à inteligência e ao bom senso que os levasse a abandonar os velhos métodos de uma Geografia obsoleta. Tudo permaneceu, todavia, como dantes.

Consolemo-nos, porém: o mesmo aconteceu em todo o País e até na capital da República continuou o divórcio entre a velha e a moderna Geografia, entre as obras puramente enumerativas e as que apresentavam os resultados de pesquisas científicas. E não dramatizemos o acontecido, nem tentemos estigmatizar a geração que produziu obras geográficas, antes de 1934; ainda hoje, vencida já a primeira metade do século XX, quando nos aproximamos do centenário da morte de Humboldt e de Ritter, considerados os pais da Geografia moderna, porventura não continuam a ser entregues ao público trabalhos no velho estilo e arquitetados como há um século atrás?...

A FACULDADE DE FILOSOFIA E A GEOGRAFIA EM SÃO PAULO

O ano de 1934 tem um significado muito grande para a Geografia em nosso Estado porque registrou, quase simultaneamente, dois acontecimentos decisivos: a instalação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e a fundação da Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Criada a Universidade de São Paulo e, com ela, a Faculdade de Filosofia, passou a Geografia a ser ensinada em nível superior, com o objetivo de formar bons professores para o magistério secundário e pesquisadores para o trabalho de campo. Um caso virgem, não só em São Paulo, como em todo o País, mais significativo ainda se acentuarmos que a cadeira de Geografia (então uma só) foi entregue à inteligência privilegiada e ao dinamismo contagiante do professor Pierre Deffontaines. Sua presença em São Paulo, embora rápida, tornou-se inesquecível, porque Deffontaines possui o dom de conquistar admiradores e fazer discípulos, por onde quer que passe. Suas aulas eram assistidas não apenas pelos alunos do curso de Geografia e História, mas também por um grupo selecionado de figuras de nossa “elite” cultural. Sua extraordinária capacidade de observação e sua cultura polimorfa fizeram que, em poucos meses, se dissipasse a treva secular em que vivíamos, no que se refere à Geografia: rasgou horizontes novos, de inimaginável largueza; abriu os olhos dos que o cercavam, chamando a atenção para fatos até então ignorados e oferecendo interpretações inesperadas e surpreendentes; eliminou, com sua presença e suas idéias, a velha Geografia, fazendo que, num lapso de tempo reduzido, evoluíssemos o correspondente a cem anos. Na verdade, nos poucos meses do ano de 1934, em que Pierre Deffontaines permaneceu em São Paulo, a Geografia deu um salto espetacular, como certamente não se registrou em nenhum outro setor do saber humano, entre nós.

Seguiu-se-lhe a inteligência moça e brilhante de Pierre Monbeig, que não desmereceu a obra tão bem iniciada. Durante onze anos (1935-46) permaneceu Monbeig em nossa Faculdade de Filosofia, trabalhando com entusiasmo, tanto no ensino como na pesquisa, e criando discípulos. Conseguiu que um consagrado mestre - o prof. Emmanuel de Martonne - passasse três meses em São Paulo (1937) e realizasse cursos que se tornaram inolvidáveis para todos quantos tiveram a ventura de ouvi-los. Assistiu ao desdobramento da primitiva cadeira única em duas outras (1939): a de Geografia Física, entregue a um discípulo seu - João Dias da Silveira; e a de Geografia Humana, que continuou sob sua direção. Mais tarde, viu destacar-se uma terceira cadeira - a de Geografia do Brasil (1942) -, que veio a caber ao autor destas linhas, também seu discípulo. Ao partir para a França, em 1946, teve a satisfação de deixar em funcionamento o Departamento de Geografia, até hoje em plena atividade na Faculdade de Filosofia e onde as três cadeiras se entrosam, com o objetivo de coordenar e harmonizar suas atividades.

Depois de Monbeig, outros mestres franceses contribuíram para a consolidação daquilo que se pode chamar de “escola paulista de Geografia”. Roger Dion (1947), Pierre Gourou (1948) Louis Papy (1950) e Francis Ruellan (1952-53) trouxeram-nos o acervo de seus conhecimentos e de suas experiências, os três primeiros no campo da Geografia Humana, o último no da Geomorfologia.

Professores dos mais eminentes, por conseguinte, passaram e continuam passando pela Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, ainda no corrente ano, deve retornar a São Paulo, na qualidade de professor-visitante, a figura amiga de Pierre Monbeig. Na fonte mais pura tivemos, pois, a felicidade de beber os ensinamentos e a orientação metodológica, no campo da Geografia. Com tal bagagem e conhecendo o que se tem feito noutros países, particularmente

nos Estados Unidos e da própria Europa³, acabou o Departamento de Geografia por tomar rumos próprios seguindo a rota que, em face da natureza dos problemas brasileiros, deve ser forçosamente orientada de maneira eclética⁴.

Desde 1934, algumas dezenas de licenciados têm deixado a Faculdade e já se encontram à frente de cátedras, quer do magistério secundário, quer do magistério superior.

Em relação ao ensino de grau médio, cumpre registrar a porcentagem sempre elevada de aprovações de licenciados pela Faculdade nos rigorosos concursos que têm sido realizados para o magistério oficial do Estado; as estatísticas já tornadas públicas demonstram, de maneira irretorquível, a renovação de valores que se processou.

Entretanto, não tem sido somente no magistério secundário que a Faculdade de Filosofia, no setor geográfico, vem exercendo sua benéfica influência.

Na última década, viu sete de seus licenciados defenderem teses de doutoramento em Geografia, a maioria das quais

³ Não apenas através da bibliografia, mas também por intermédio de professores, como Karl Heinrich Paffen, livre-docente da Universidade de Bonn (Alemanha), que aqui permaneceu em 1951 e 1952.

⁴ Quem se matricula no curso de Geografia e História recebe, sem nenhuma dúvida, a orientação e a cultura indispensáveis à realização das finalidades da Faculdade de Filosofia: além de elementos de Geologia e de Cartografia (um ano de estudos), são ministrados cursos de três anos de Geografia Física e de Geografia Humana e um curso de dois anos de Geografia do Brasil; no ano corrente, espera-se que seja oficializado o curso de Geografia Regional, já autorizado pela Congregação. Isto naturalmente, sem falar nas demais matérias não geográficas: História, Antropologia, Etnografia. Com esta base, pode o aluno estudar mais um ano dentro do campo da Geografia, para que venha a bacharelar-se ou licenciar-se. Se, porém, desejar especializar-se tem oportunidade de estudar mais dois anos, o primeiro dos quais vem sendo feito simultaneamente com o 1º de bacharelado ou licenciatura. Além dos cursos teóricos e de seminários, os professores e assistentes orientam os alunos em trabalhos de pesquisa realizando excursões dentro e fora das fronteiras do Estado.

versando temas paulistas: Maria Conceição Vicente de Carvalho (1944) - Santos e a Geografia humana do Litoral; Ary França (1945) - Estudo sobre o clima da região de São Paulo; João Dias da Silveira (1946) - Estudo geográfico dos contrafortes ocidentais da Mantiqueira; Nice Lecocq Muller (1946) - Sítios e sítiantes no Estado de São Paulo; Renato da Silveira Mendes (1948) - Paisagens culturais da Baixada Fluminense; José Ribeiro de Araújo Filho (1950) - A Baixada do rio Itanhaem: estudo de geografia regional; e Elina Oliveira Santos (1951) - A industrialização de Sorocaba: bases geográficas.

Mais ainda: viu três de seus licenciados ocuparem, em caráter efetivo, depois de se submeterem às provas de concurso, as cátedras que vinham exercendo interinamente; e as respectivas teses focalizaram, ainda uma vez, temas da Geografia paulista: Aroldo de Azevedo (1945) - Subúrbios Orientais de São Paulo; João Dias da Silveira (1950) - Baixadas Litorâneas Quentes e Úmidas, com um estudo particular da Baixada da Ribeira de Iguape; e Ary França (1951) - A ilha de São Sebastião: estudo de geografia humana. Como viu, também, outro licenciado obter a livre-docência: Dirceu Lino de Mattos (1951), com a tese Vinhedos e Viticultores de São Roque e Jundiá: estudo de geografia humana.

Nesse mesmo lapso de tempo, publicou o Departamento de Geografia oito boletins, além de um avulso, encontrando-se no prelo dois novos trabalhos. Por outro lado, em 1949, entregou ao público um Mapa-Múndi em projeção azimutal, eqüidistante e oblíqua, em oito cores e na escala de 1:75.000.000, tendo por centro a cidade de São Paulo, de autoria de João Soukup, professor de cartografia.

A A.G.B e a Geografia em São Paulo

Em setembro de 1934, por iniciativa do próprio prof. Pierre Deffontaines, fundou-se nesta cidade a Associação dos Geógrafos

Brasileiros. Surgiu, como atestou seu eminente inspirador, “em redor da Cadeira de Geografia da Universidade de São Paulo”⁵ e seus passos iniciais foram modestíssimos. De fato, as primeiras reuniões da nova sociedade cultural realizaram-se na residência do prof. Pierre Deffontaines, que tinha a seu lado, por essa ocasião, algumas figuras bastante expressivas da intelectualidade paulista: Caio Prado Junior, Luis Flores de Moraes Rego, Rubens Borba de Moraes, Geraldo Horacio de Paula Souza, Antonio Carlos Couto de Barros, Agenor Machado, Eddy Crisiuma, Teodoro Knecht, além de alunos que freqüentavam o curso de Geografia e História da Faculdade.

Quiçá pela primeira vez, no Brasil, fundava-se uma associação de âmbito nacional fora da capital da República; e esta iniciativa deve-se a Deffontaines, que anteviu, com a perspicácia que tão bem o caracteriza, o papel reservado a São Paulo no campo da Geografia brasileira.

Coube a Pierre Monbeig, ainda uma vez, continuar a obra iniciada pelo ilustre discípulo de Jean Brunhes, pois ocupou a presidência da A.G.B desde 1935 até seu regresso à França, em dezembro de 1946. Tarefa gloriosa mas ingrata, porque se tornou necessária uma incansável e heróica pertinácia para manter com vida uma associação de fins puramente culturais, num meio e numa época em que somente muitos poucos compreendiam sua grande missão e se sentiam com forças para levá-la avante. Recordamo-nos bem nitidamente dessa fase “heróica” da A.G.B, quando suas reuniões não contavam com mais de quatro ou cinco pessoas... No entanto, Monbeig conseguiu mantê-la de pé, fazendo realizar reuniões bimensais, em que temas resultantes de pesquisas eram expostos e discutidos. A A.G.B. sobreviveu e hoje orgulha-se de seus vinte anos de existência profícua e dos seus quinhentos associados, espalhados por todo o País.

⁵ DEFFONTAINES (Pierre) - A Associação dos Geógrafos Brasileiros, na revista “Geografia” ano I, nº 1, pág. 8, São Paulo, 1935.

Mantendo sua sede na capital paulista, desdobra-se já em três Seções Regionais: a de São Paulo, a do Rio de Janeiro e a do Paraná, achando-se em vias de instalação mais outras três - a de Pernambuco, a de Minas Gerais e a de Santa Catarina.

Em sua fase inicial manteve uma revista, a primeira no gênero a surgir em nossa terra - Geografia (1935-36), de que foram publicados oito números repletos de estudos de alto valor e, por isso mesmo, procurados hoje com avidez pelos bibliófilos. Publicou, depois, cinco números do Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros (1941-44), de feição mais modesta, embora de não menor valia.

Entretanto, como conseqüência da reforma estatutária de 1945, novos rumos foram dados às suas publicações. A sede da A.G.B. passou a editar os Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros, publicação anual de que já saíram cinco volumes, aos quais deverão seguir-se outros dois, ora no prelo; contêm o resultado das atividades culturais e de pesquisa pura levadas a efeito em suas assembléias gerais anuais. Por sua vez, a Seção Regional de São Paulo passou a publicar o Boletim Paulista de Geografia, editado regularmente desde 1949 e de que já vieram a lume 15 números. A Seção do Rio de Janeiro mantém, além disso, o Boletim Carioca de Geografia. São esses, no momento, os porta-vozes da A.G.B., que levam aos geógrafos do Brasil e do Mundo os resultados de seus estudos e de suas pesquisas, realizados dentro das modernas diretrizes da Geografia.

Todavia, o que assegura uma posição impar à Associação dos Geógrafos Brasileiros, no quadro da Geografia paulista e brasileira, é a maneira pela qual executa sua grande tarefa. Sem formalismos inúteis, suas reuniões se caracterizam pela apresentação de trabalhos resultantes de pesquisas e por amplos debates, numa atmosfera em que sempre reina a crítica construtiva e de cordialidade fraterna.

Particularmente as Assembléias Gerais da A.G.B. têm muito de singular, no panorama cultural brasileiro: realizam-se anualmente, num período de 7 a 10 dias, cada vez numa cidade diferente (1946 - Lorena; 1947 - Rio de Janeiro; 1948 - Goiânia; 1950 - Belo Horizonte; 1951 - Nova Friburgo; 1952 - Campina Grande e João Pessoa; 1953 - Cuiabá). No local previamente escolhido e dentro de um programa preestabelecido, reúnem-se associados das mais variadas procedências, cujo número tem oscilado entre 30 e 50; e põem-se a trabalhar. Mas não como se costuma fazer em congressos semelhantes; e aqui está exatamente a singularidade de tais reuniões. Discutem-se teses ou comunicações, é bem verdade; porém, a principal tarefa consiste em realizar pesquisas em trabalhos de campo, o que é feito através de três ou quatro equipes (cada qual sob a direção de um dos associados), que se dirigem, simultaneamente, para áreas diferentes dentro do raio de influência do local escolhido como sede da assembléia, entregando-se a um trabalho ativo e intenso. Fazem lembrar verdadeiros “comandos”, pela rapidez de sua ação e pela área que conseguem percorrer, graças a uma inteligente divisão de tarefas. Diariamente, nas primeiras horas da noite, realiza-se a coordenação do material recolhido na pesquisa; ao fim de três ou quatro dias, retornam as equipes ao local da assembléia e passam a preparar os relatórios parciais, em febril atividade, para que seus respectivos chefes possam, ainda no decurso da própria assembléia, apresentar o relatório final preliminar. Mais tarde, com o necessário vagar, tais relatórios são redigidos de forma definitiva e publicados nos “Anais”. Algo de quase extraordinário, embora se deva exclusivamente ao espírito de colaboração desinteressada e harmônica, dentro de um mesmo objetivo, que sempre caracteriza tais atividades.

Coube, assim, a uma associação de geógrafos com sede em São Paulo realizar uma verdadeira revolução no campo das pesquisas geográficas, em nosso País. E seus frutos aí estão, nas

páginas dos “Anais” ou dos “Boletins” da A.G.B., para que possam ser julgados e para que se lhes dê o justo valor.

A Geografia em São Paulo e sua contribuição

A par das atividades de caráter técnico do Instituto Geográfico e Geológico do Estado, que tem mantido, através de suas publicações, notadamente no terreno cartográfico, as gloriosas tradições da antiga “Comissão Geográfica e Geológica”⁶, parece-nos inegável que o que de melhor se tem feito, no setor da Geografia, em nosso Estado, resulta direta ou indiretamente dessas duas entidades: a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo e a Associação dos Geógrafos Brasileiros, tendo esta última uma vantagem sobre aquela, pois não só congrega os professores e assistentes do Departamento de Geografia, como outros elementos de valor da própria Faculdade de Filosofia, da Escola Politécnica, da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, e da Escola de Sociologia e Política, todas da Universidade de São Paulo, além de alunos, ex-alunos e geógrafos de outras procedências.

Membros destacados de uma ou de outra, quase sempre de ambas, exercem suas atividades no magistério secundário, dentro dos quadros da Universidade oficial e mesmo fora deles. A este propósito, queremos acentuar que, sob a responsabilidade de seus membros, encontra-se o ensino da Geografia na Faculdade de Filosofia “Sedes Sapientiae”, na Faculdade de Filosofia de São Bento, na Faculdade de Filosofia de Campinas e na Escola de

⁶ Além de novas folhas topográficas, na escala de 1:100.000, e de mapas contendo as divisões municipais, publicou o I.G.B. duas notáveis cartas: a hipsométrica (1943) e a geológica (1947) abrangendo a totalidade do Estado, na escala de 1:1.000.000.

Jornalismo “Cásper Líbero”, todas da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como também na Faculdade de Ciências Econômicas da Fundação “Álvares Penteadó” e da Faculdade de Ciências Econômicas “Trinta de Outubro”.

Por isso mesmo, não há exagero em falar-se na existência de uma escola paulista de Geografia⁷, que apresenta alguns característicos marcantes, suficientes para individualizá-la:

1. Inspirada na orientação metodológica francesa, tem procurado aproveitar o que há de melhor noutros países;
2. Dentro dessa orientação, dedica-se ao estudo e à pesquisa de temas ou problemas diretamente ligados à Geografia brasileira;
3. Em virtude das circunstâncias que presidiram sua formação, tem dirigido suas preferências mais para o campo da Geografia Humana, embora sem nunca desprezar o quadro natural.

Seguindo, assim uma só orientação, trabalha em estreita e proveitosa colaboração e conserva, em suas mãos, os postos-chaves da Geografia em nosso Estado, salvo no setor da administração pública⁸.

Os mestres franceses que trabalharam no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo deixaram assinalada sua passagem, entre nós, por estudos bem conhecidos daqueles que

⁷ A expressão não é nossa; empregou-a o prof. Louis Papy, da Faculdade de Letras de Bordeaux, quando escreveu estas linhas: “On doit a la jeune et active école pauliste de géographie une série de bonnes monographies concernant le litoral pauliste” (em “Cahiers d’Outre-Mer”, ano V, nº 20, Bordeaux, 1952).

⁸ Nesse particular, cumpre-nos lamentar a situação vigente: aqui como alhures, se organizam comissões técnicas destinadas a estudar problemas referentes à terra e ao homem, mas os nossos homens públicos não cogitam em incluir nelas nenhum geógrafo. Assim agindo, dão-nos o direito de supor que ignoram completamente as características da Geografia Moderna e que não tomaram conhecimento da profunda transformação porque passaram os estudos geográficos no País e, particularmente, em nosso Estado.

manipularam a bibliografia geográfica referente ao nosso Estado: Pierre Deffontaines escreveu a admirável síntese - *Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo* (1935), até hoje não superada; Emmanuel de Martonne estudou alguns importantes problemas geomorfológicos do território paulista em seus *Problemes morphologiques du Brésil tropical atlantique* (1940); Pierre Monbeig abordou com segurança o problema da Divisão Regional do Estado de São Paulo (1949) e, recentemente, publicou duas obras de capital importância - *Pionniers et Planteur de São Paulo* (1952), a propósito das zonas pioneiras, e *La croissance de la Ville de São Paulo* (1952); e Louis Papy compôs com mestria, essa outra notável síntese - *Em marge de l'empire du café - La façade atlantique de São Paulo* (1952).

Orientados e encorajados por tais exemplos, seus discípulos e continuadores, através das teses defendidas e de trabalhos publicados, já conseguiram abordar aspectos geográficos de grande porção do território paulista. O litoral de nosso Estado foi estudado em sua quase totalidade, o que permitiu a brilhante síntese de Louis Papy; falta, apenas, ser mais bem conhecido o trecho que vai de São Sebastião à fronteira fluminense. Já o mesmo não poderemos afirmar relativamente ao Planalto; salvo os estudos de caráter geral e aqueles que apresentam um caráter restrito (estes últimos, sem dúvida, abundantes), não possuímos verdadeiras monografias regionais acerca dessa parte do Estado, que não é somente a mais extensa, como a mais importante sob todos os pontos de vista.

No campo da geografia física, muita coisa esta ainda por ser feita, desafiando a competência e a capacidade de trabalho de nossos geógrafos. Os estudos geomorfológicos já realizados, embora de valor, longe estão de nos satisfazer quanto à extensão. Relativamente ao clima, existem trabalhos razoáveis, cujas deficiências resultam da inexistência de dados climáticos referentes a períodos longos e contínuos. No setor da hidrografia,

nada ainda foi feito dentro das diretrizes da Geografia moderna, se bem que devamos esperar boas contribuições da parte do “Instituto Oceanográfico de São Paulo”, recentemente integrado na Universidade de São Paulo. Lamentável é a situação da fitogeografia, entre nós, apesar dos importantes trabalhos realizados no campo estrito da Botânica. No que se refere aos solos, necessitamos ainda de interpretações geográficas do abundante material reunido pelo “Instituto Agrônomo” de Campinas.

Mais felizes temos sido em relação à geografia humana e isto se deve, inegavelmente, à influência dos professores franceses que passaram pela Faculdade de Filosofia da U.S.P. Já dispomos de trabalhos de valor referentes à população, ao povoamento, ao “habitat” rural, às cidades e ao vasto campo da geografia econômica. Mas, o número e a extensão dos estudos publicados, longe estão de cobrir todo o território paulista; e aqui também muita coisa está ainda por fazer-se. A respeito do “habitat” rural e urbano, por exemplo, não possuímos senão simples “amostras”, que não permitem um estudo de síntese fundamentado. No que se refere à geografia econômica, a maioria dos trabalhos deve-se a economistas ou sociólogos, não apresentando por isso, o sentido geográfico que seria desejável; o campo é vasto e está, também, a desafiar os geógrafos paulistas.

Apesar disso tudo, devemos estar contentes porque muito se conseguiu realizar em apenas 20 anos de atividades.

Evidentemente, não cabe nos limites deste artigo a análise pormenorizada de quanto se tem feito pela Geografia no Estado de São Paulo, a partir de 1934. Limitar-nos-emos a remeter o leitor à Bibliografia selecionada, que se encontra na parte final. Nela somente figuram estudos de caráter geográfico, embora não ignoremos o valor, que têm para os geógrafos, de trabalhos referentes à Geologia à História, à Sociologia ou à Economia, muitos dos quais são mesmo de consulta obrigatória, como é o

caso da Geologia do Estado de São Paulo, de Moraes Rego, ou o Roteiro do Café, de Sergio Milliet, para citar apenas dois exemplos bem diferentes. Agir de outra maneira seria penetrar num campo ilimitado, tantas e tão variadas são as ciências afins da Geografia, senão mesmo invadir seara alheia; além disso, fugiríamos ao próprio objetivo destas linhas despretensiosas.

O que figura nessa Bibliografia final serve de sobejo para demonstrar a tese aqui defendida, uma vez que a esmagadora maioria dessa variada e abundante contribuição (cerca de 80%), referente apenas ao nosso Estado, provém de uma ou de outra das fontes por nós referida: da Faculdade de Filosofia da U.S.P. ou da Associação dos Geógrafos Brasileiros⁹.

Mas não é só: ainda agora, prestes está a ser entregue ao público uma obra coletiva, patrocinada por ambas essas entidades - A cidade de São Paulo: estudo de geografia urbana, com cerca de 500 páginas, trabalho que há de constituir um marco na bibliografia geográfica brasileira, se não tiver repercussão internacional. Aliás, não será apenas desta maneira que os geógrafos paulistas pretendem comemorar o 4º centenário de nossa capital, por iniciativa da A.G.B., deverá reunir-se, no próximo mês de setembro, o 1º Congresso Brasileiro de Geógrafos, certame que bem simboliza a pujança e a capacidade de trabalho dessa nova geração, cujas atividades

⁹ Como é natural, a “escola paulista de Geografia” não tem limitado suas atividades ao território do Estado de São Paulo. Muitos de seus membros já tiveram oportunidade de publicar trabalhos sobre aspectos de detalhe ou áreas restritas das cinco regiões brasileiras e, mesmo, a respeito de regiões estrangeiras, como, por exemplo: Manaus e vizinhanças, Belém do Pará e zonas próximas, São Luís do Maranhão, Vale do Itapecuru, Nordeste Oriental, região de Juazeiro e Petrolina, Recôncavo Baiano, zona cacauêira da Bahia, área ferrífera de Minas Gerais, Baixada Fluminense, Norte do Paraná, trechos do Rio Grande do Sul. Sudoeste de Goiás, Cuiabá, Sul de Mato Grosso, Paraguai, Portugal, Oxford, Marrocos Francês etc.

não têm mais do que 20 anos, inteiramente consagrados ao progresso da Geografia brasileira e paulista.

São fatos, que não redundam em nenhum menosprezo a outras instituições referidas no presente artigo. Na realidade, o que a escola paulista de Geografia conseguiu realizar na última vintena faz desaparecer, pelo brilho e volume de seus trabalhos, tudo quanto possa ter sido feito fora de seu raio de influência. Trata-se de uma verdade que não receia contestação e que nos sentimos sumamente felizes em proclamar de público, não apenas por ser de rigorosa justiça, como porque o destino fez com que assistíssemos a todas as etapas de sua evolução, desde os passos incertos da fase “heróica” até esta esplêndida realidade, que deve constituir motivo de orgulho para a gente bandeirante.

CAMPOS DO JORDÃO, 1962

Acervo CAPH/FFLCH-USP



Trabalho de
Campo de
Geografia da USP

Alunos no Morro
do Elefante, com
vista panorâmica
da vila de Capivari

CASA BRANCA, 1958

Acervo particular do prof. José Ribeiro de Araújo Filho



Excursão de alunos a Casa Branca, no interior de São Paulo

VALE DO RIBEIRA, 1947

Acervo particular do prof. José Ribeiro de Araújo Filho



Excursão ao Vale do Ribeira, no estado de São Paulo